

Políticas da informação

Até algum tempo atrás, para ser considerado desenvolvido, um país tinha de se empenhar basicamente na produção do maior número de bens industriais. Atualmente, o nível de desenvolvimento de um país está também associado à sua capacidade de entender e incorporar os princípios da chamada sociedade da informação. E os governos dos países têm papel primordial para impulsionar o desenvolvimento desse tipo de sociedade, seja na implantação da infraestrutura física e legal necessária ou na utilização de recursos de tecnologia de informação em seus próprios processos.

Certamente foi isso o que intuiu o governo brasileiro ao lançar, em 2000 e 2002, os chamados Livro Verde e Livro Branco, respectivamente, sobre a Sociedade da Informação no Brasil, encampados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. A meta geral era fazer um balanço do estado tecnológico do país e apontar medidas para alinhá-lo às novas diretrizes do cenário econômico e político internacional.

É verdade que essa iniciativa demonstra preocupação do governo com a criação de políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento tecnológico. No entanto, ao fazermos uma apreciação crítica do que efetivamente foi feito após o lançamento desses documentos, temos de admitir que ainda estamos longe de consolidar uma ação política coordenada e consistente.

Dois exemplos disto. O primeiro refere-se à política de apoio à indústria nacional de *softwares* criada pelo BNDES. Por não compreender a realidade das empresas do setor, apenas uma pequena parcela dos recursos disponíveis acabou por ser utilizada. O segundo relaciona-se com o desmantelamento das iniciativas de construção de uma política de governo eletrônico coordenada. Tais iniciativas haviam sido elaboradas no governo federal anterior, sendo praticamente abandonadas pelo atual.

Em alguns poucos momentos da nossa história, conseguimos demonstrar capacidade de coordenação e vontade política que trouxeram resultados efetivos para o desenvolvimento tecnológico do país. O reconhecido alto nível atual da tecnologia bancária brasileira teve suas origens em um período em que academia, governo e empresas nacionais resolveram enfrentar as adversidades e se propuseram a investir conjuntamente.

Desse modo, o caminho é repetir a experiência de sucesso da tecnologia bancária nacional em outros setores e avançarmos além de iniciativas isoladas na construção da sociedade da informação. Para isso, é preciso investir consideravelmente na elaboração de políticas de tecnologia coordenadas, democráticas e transparentes, que atendam a interesses nacionais amplos, independentemente de bandeiras partidárias, e que sejam capazes de construir pontes entre governo, empresas e comunidade científica.



Eduardo H. Diniz
FGV-EAESP